



# Macroscópio

Por José Manuel Fernandes, Publisher

## Boa noite!



Os portugueses conhecem [os resultados eleitorais](#) – com a lamentável excepção dos resultados da emigração, que ainda representam quatro deputados por apurar – mas ainda não têm governo. Há países (Reino Unido) onde no dia seguinte ao acto eleitoral o novo (ou o velho) primeiro-ministro já está em funções, outros em que é necessário esperar mais de dois meses pela posse do novo executivo (Estados Unidos), Portugal podia ser um pouco mais lesto mas entretanto já temos primeiro-ministro indigitado (António Costa naturalmente) pois o Presidente não perdeu tempo, e negociações em curso. O que mesmo assim não deixa de justificar uma newsletter exclusivamente dedicada a uma selecção de textos sobre a nova realidade política saída das eleições de 8 de Outubro.

Desta vez arrumei os textos por órgão de informação, apenas escolhi alguns dos que me pareceram dar uma visão menos conjuntural – uma

escolha subjectiva naturalmente – e que fosse um pouco mais além do que foi dito na profusão de comentários ouvidos na noite eleitoral. Vamos então a essa selecção.

Começo pelo Observador, cujas reacções mais imediatas à noite eleitoral foram reunidas no especial [Quem são os vencedores e vencidos das eleições](#), onde podem ser lidos curtos textos de Rui Ramos, Helena Matos, Alberto Gonçalves, Alexandre Homem Cristo, Miguel Pinheiro, Filomena Martins e Pedro Benevides. De entre as opiniões editados no nosso site destaque também para o texto do antigo Presidente da República Aníbal Cavaco Silva, um texto centrado nos resultados do partido que dirigiu durante mais de dez anos: [O PSD e as eleições de dia 6](#). Quanto a colunas de opinião, destaco:

- [O país que finge que está tudo normal](#), que eu próprio escrevi e que só refiro em primeiro lugar para manter uma arrumação cronológica. Nele analiso os resultados mas também estranho o que considere ser o ambiente de falsa alegria vivido em algumas sedes de campanha, pois, a meu ver, *“Não, não está tudo normal. A geringonça não se recompôs e tudo será muito mais difícil. A economia não vai ser o mar de rosas que foi nestes últimos quatro anos, quando todos os ventos sopraram a favor. Os partidos não dão sinais de ter percebido como estão mesmo mais longe e mais desligados da cidadania. E os sinais de possível regeneração das instituições são por enquanto demasiado débeis. Para já nada disto é, como diria o povo, coisa de morte de homem, ou, como alvitriaria o cronista, sintoma de fim de regime. É antes o andar triste, contrafeito mas não inquieto, de um país que vai deslizando, deslizando, deslizando para a cauda da Europa. Sim, porque ninguém pense que algo de reformista e estruturante possa vir a ser feito por um governo de António Costa neste tempo de pós-geringonça à esquerda e Rio sem fim à direita.”*
- [A crise da direita não é só a crise da direita](#), de Rui Ramos, reflecte sobre o que significa para o país a queda eleitoral do PSD e o quase desaparecimento do CDS. No artigo defende-se que *“É à direita que está a força reformista do regime. A sua função, desde os anos*

*1970, tem sido a de adaptar a sociedade portuguesa a viver e a prosperar num mundo mais aberto. Sem essa força, Portugal continuará no impasse que a governação socialista criou. Não é só a direita, é o país e o regime que carecem de novos protagonistas capazes de devolver à sociedade portuguesa o dinamismo de que precisa para corresponder às aspirações dos cidadãos e aos compromissos do Estado. Enquanto houver uma crise da direita, a crise será de todos, até da esquerda.”*

- [Outono](#), de Maria João Avillez, debruça-se sobre as condições em António Costa vai governar e o futuro próximo do nosso país. É um texto pessimista: *“Agora que o maestro pode escolher e tem por onde escolher, tudo lhe competirá exclusivamente a ele, e só a ele: desde o ser capaz da “boa” escolha ao assumir a responsabilidade de que ela se cumpra. Sucede que sempre vimos António Costa exhibir com notável à vontade a segurança que lhe advinha da facilidade: distribuía, dava, revertia, gastava, cativava, disfarçava. Uma segurança muito cómoda ontem, irrepetível porém amanhã.”*
- [Governar pelo retrovisor](#), de Fernando Alexandre, tem uma reflexão interessante sobre a agenda política do Bloco de Esquerda e o significado das exigências que faz para apoiar o futuro governo: *“Todas as medidas do BE remetem para o passado: ‘reposição’, ‘revisão’, ‘nacionalização’ e ‘eliminação’. Mas nenhuma como a proposta de eliminação do factor de sustentabilidade da Segurança Social ilustra a incapacidade de pensar e preparar o país para o futuro. As propostas do BE pretendem recuperar, qual paraíso perdido, o Portugal anterior à troika. Esta ausência de ambição demonstra falta de imaginação: não conseguem imaginar um futuro melhor do que o passado. Mostra também o desconhecimento sobre a natureza da crise que nos atingiu, continuando a confundir a consequência (a troika) com a causa.”*

Passo agora ao Expresso, trazendo-vos uma selecção de textos escritos mais em cima do acontecimento e de reflexões já mais distanciadas:

- [Quatro se não forem dois](#), de Clara Ferreira Alves, ainda muito uma leitura a quente dos resultados, nota que “*António Costa quer entender-se com todos, e tem talento para isso, mas um país dependente da permanente negociação continuará estagnado e por reformar, burocrático, institucional, refém do estrangeiro e entregando o destino à Europa e ao turismo*”, ao mesmo tempo que “*Rio é um político do século XX rodeado de políticos do século XX. O mundo dos negócios e do chamado empreendedorismo que não emigrou, o dos jovens quadros, precisa de um partido onde se reveja. O PSD não é esse partido. Pode vir a ser com Rio? Se não for, outro virá.*”
- [O sistema partidário está ferido, mas o seu coração bate](#), de Marina Costa Lobo, é uma reflexão sobre o significado dos números, sendo que esta politóloga prefere destacar a resiliência dos partidos do centro mesmo quando entram no parlamento novas forças políticas, mas por enquanto pequenas: “*Se fizermos uma simples soma, vemos que juntos, enquanto estes partidos ganharam em 2015 apenas 166 deputados, em 2019 conseguiram eleger 185. Isto é, 65 por cento dos votantes escolheram um destes dois partidos. São números de fazer inveja a quase todos os partidos do centro por essa Europa fora. (...) PS e PSD reforçaram a distância em relação aos outros partidos do seu bloco, em termos de votos e de assentos. Continuam por isso a ser os partidos dominantes do sistema.*”
- [Outra vez a rábula de um acordo não escrito?](#), de Francisco Louçã, tem interesse por explicitar o porquê de o Bloco querer um acordo escrito e, nesta frente, distanciar-se do PCP. Depois de fazer uma curiosa precisão sobre o que se passou em 2015, para contrariar aquilo a que chama “uma reescrita da História, dado que não foi nem só nem fundamentalmente pela teimosia de Cavaco Silva que esses acordos, chamados carinhosamente de “posições conjuntas”, vieram a ser assinados”, o antigo líder do BE expõe o seu argumento, que no seu essencial é o seguinte: “*Um acordo não escrito é uma aberração. Só pode ser uma de duas: ou um acordo vazio, limitado portanto à submissão de um partido a outro, sem*

*compromisso algum com políticas concretas, portanto um cheque em branco; ou um acordo com medidas que são mantidas em segredo e não são comunicadas nem aos próprios partidos nem à opinião pública. Ou não tem nada, ou o que tem é secreto. Ou é farsa ou é biombo. Em ambos os casos, seria um procedimento lamentável.”*

- [A falácia da estabilidade](#), de Henrique Monteiro, é uma crónica que contraria muitas leituras que têm defendido que a ausência de uma “geringonça” formal criará mais instabilidade. Para este autor isso não sucederá uma vez que o Governo só cairá que o PCP e o Bloco o fizerem cair, e isso, como ou sem acordo, terá sempre um elevado preço político. Eis as suas contas: *“Não há maioria absoluta sem um acordo do PS ou com o BE, ou com o PCP, ou com os dois. Mas os socialistas prevalecem sozinhos sobre toda a direita. Por isso, a única forma de perder uma votação determinante no Parlamento é ter contra si o PSD, o CDS, o PCP, o Bloco e mais um partido, todos ao mesmo tempo que, somados, contando com dois da emigração para o PSD e os outros dois para o PS, serão 115 deputados (meio Parlamento).”*

Do Público escolhi também quatro textos:

- [A benefício do inventário](#), de António Barreto, escrito ainda no domingo e com alguma recomendações dirigidas ao próximo executivo: *“Já não basta ser hábil, é necessário ter uma política, um carácter e um objectivo. Já não é suficiente ficar com quem mais convém, mais promete facilidades ou mais se prepara para cedências. Com uma legislatura nacionalmente difícil e internacionalmente muito complexa e perigosa, será melhor ter uma solução consistente, de compromisso e de responsabilidade.”*
- [O lento desmoronar do sistema político português](#), de João Miguel Tavares, concentra-se na evolução daquilo a que chama “voto anti-sistema”, uma categoria em que engloba os cotos em branco, os nulos e os votos nos pequenos partidos: *“Em 2002, apenas 3,5% dos votos dos portugueses foram para pequenos partidos ou para*

*brancos e nulos. Em 2005, esse número subiu para 5%. Em 2009, situou-se nos 6,2%. Em 2011 já estava nos 8,5%. Em 2015 chegou aos 10%. E agora, em 2019, os votos dispersos por pequenos partidos e pela soma de brancos mais nulos saltou para uns impressionantes 15%. Isso significa que o peso do anti-sistema dentro do sistema mais do que quadruplicou em menos de duas décadas – e esta é a verdadeira notícia destas eleições.”*

- [Eleições: primeiras impressões](#), de Paulo Rangel, deixa recados para dentro do seu partido: *“Se pensarmos na rede de cumplicidades entre o PS e o PCP e o Bloco, só o PSD é oposição. A manter-se um diálogo preferencial ou mesmo acordos (ainda que intermitentes) de incidência parlamentar, ninguém pode considerar que o Bloco, o PCP ou até o PAN fazem parte da oposição. Eles serão partidos no arco magnético da governação, no arco magnético do PS.”*
- [Morte aos abstencionistas](#), de Luís-Aguiar Conraria, tem teses heterodoxas sobre a abstenção e como contrariar a sua constante subida, sendo que o autor não hesita em ser provocador: *“Gostaria de dizer que sou contra a diabolização da abstenção. É perfeitamente racional uma pessoa não se dar ao trabalho de votar. Em primeiro lugar, porque cada eleitor apenas decide o seu voto e o seu voto não conta quase nada. (...) Responda a esta pergunta simples: já participou em alguma eleição, com pelo menos algumas centenas de eleitores, em que o seu voto tenha feito a diferença? Aposto que não. Do ponto de vista individual, a inutilidade do voto é um facto.”*

Referência única para uma análise de Anselmo Crespo no site da TSF, [Geringonça 2.0. O PS quer dar um chuto no BE?](#), um onde se recorda como os socialistas foram criando as condições para não se casarem de novo com os bloquistas: *“António Costa terá prestado mais atenção a estes dois discursos do que a qualquer outro. E a verdade é que quando chegou a sua vez, o secretário-geral do PS fez questão de deixar um aviso ao Bloco de Esquerda: "Quem fixou como objetivo impedir uma maioria absoluta do PS tem agora uma responsabilidade acrescida.”*

*Que é como quem diz agora tem obrigação de chegar a acordo com o Partido Socialista. E a grande diferença, quatro anos depois, é mesmo essa: é que o PS parece estar convencido que não precisa do Bloco para governar com estabilidade durante quatro anos. Porque tem o PCP, para quem um aperto de mão vale mais do que mil acordos escritos.”*

Deixei para o fim dois textos da blogosfera que escolhi por motivos muito diferentes. O primeiro, de Rodrigo Adão da Fonseca, publicado em O Insurgente, [Por um espaço de centro-direita em Portugal](#), tem uma passagem que me pareceu de destacar por recuperar uma referência muito esquecida deste espaço político, Francisco Lucas Pires, e um bom conselho por ele dado há mais de 40 anos: “*Os resultados da presente eleição, na sua distribuição de forças, e até na sua babelização, exibem uma completa capitulação moral do país, em detalhes que me escuso a comentar. Grande parte em qualquer caso da capitulação do eleitorado ao socialismo e a partidos estatizantes e protectores reside num medo patológico de enfrentar a mudança, de perder o pouco que se tem, que os partidos de centro-direita não souberam desmistificar, e até denunciar nos seus enganos. Em 1975 (...) homens de coragem souberam, com a sua voz, mostrar e pensar diferente. Lucas Pires, um amante da tolerância e das sociedades abertas, foi uma dessas vozes corajosas: “Se se quiser acabar com o medo como problema político, é pelo Homem e não pelo Estado que tem de se começar”.*

A fechar uma pequena picardia, para aliviar e para divertir: o texto de Pedro Picoito no Corta-Fitas, [Ele não merece, mas vota no PS](#), onde se recorda precisamente a genologia dessa frase: “*Reza a lenda que, certo dia, Alexandre O’Neill terá sugerido ao PS o lema de campanha que serve de título a este post. A sugestão não foi aceite, claro, mas descreve na perfeição os resultados de ontem. O PS ganhou, tranquilizando todos os velhinhos do país e o Dr. Rui Rio.*”

E por hoje é tudo, que a esta hora já há conversações a decorrer para o acordo-não-acordo ou o que quer que venhamos a ter. Eu por mim despeço-me com votos que esta selecção vos tenha sido útil. Tenham bom

descanso.

**Siga-me no [Facebook](#), [Twitter \(@JMF1957\)](#) e [Instagram \(jmf1957\)](#)**

**Mais pessoas vão gostar da Macroscópio. Partilhe:**

[no Facebook](#) [no Twitter](#) [por e-mail](#)

**Leia as últimas**

[em observador.pt](#)

**OBSERVADOR** Eleito melhor jornal generalista 2018

©2019 Observador On Time, S.A.

Rua João Saraiva, n. 7, Lisboa